



EDITORIAL

Rosana Maria Badalotti*

Dunia Comerlato**

Cristiane Tonezer***

Clarete Trzcinski****

Hieda Maria Pagliosa Corona*****

Juliano Luiz Fossa*****

* <https://orcid.org/0000-0003-2517-1802>

** <https://orcid.org/0000-0002-2307-5908>

*** <https://orcid.org/0000-0002-0948-3809>

**** <https://orcid.org/0000-0003-2676-129X>

***** <https://orcid.org/0000-0003-1790-5423>

***** <https://orcid.org/0000-0002-9658-4850>

DOSSIÊ RURALIDADES E URBANIDADES: POTENCIALIDADES E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO

Este Dossiê exibe 10 textos que foram apresentados no conjunto dos eventos denominados IV Seminário Nacional de Planejamento e Desenvolvimento – SNPD, III Seminário Território, Territorialidades e Desenvolvimento Regional, VI Encontro dos Mestrados Profissionais da Área Planejamento Urbano e Regional/Demografia – PURD/Capes realizado no período de 11 a 12 de abril de 2019, na Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó), cidade de Chapecó/SC com o tema: “Ruralidades – Urbanidades: potencialidades e desafios para o desenvolvimento”.¹

1 As informações sobre o referido Evento estão disponíveis no link: <https://www.unochapeco.edu.br/ruralidades-urbanidades>.

Organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais da Unochapecó e que contou com a parceria de outros Programas de Pós-graduação: Planejamento e Governança Pública – UTFPR/Câmpus Curitiba; Desenvolvimento Regional – UTFPR/Câmpus Pato Branco; Planejamento Regional e Gestão de Cidades – UCAM/Câmpus de Goytacazes; Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – Ippur/UFRJ teve como propósito discutir e debater, a partir de trabalhos científicos desenvolvidos no meio acadêmico e profissional: a temática ruralidades contemporâneas e a agricultura de base familiar; as relações e as interdependências entre planejamento e desenvolvimento; as questões relacionadas ao desenvolvimento em escala local, considerando abordagens disciplinares e recortes territoriais.

Os textos que compõem este Dossiê agregam 27 docentes e discentes de cinco Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* vinculados à Área de Planejamento Urbano e Regional/Demografia – PURD e de outros três Programas de áreas afins que socializaram suas pesquisas nas sessões temáticas denominadas Planejamento, políticas públicas e desenvolvimento; Urbanidades e urbanização – planejamento e desenvolvimento; Ruralidades contemporâneas e a agricultura de base familiar.

A organização e a apresentação dos textos estão estruturadas conforme as sessões temáticas já mencionadas. A primeira parte apresenta dois textos relacionados à sessão Planejamento, políticas públicas e desenvolvimento. A segunda está constituída por quatro textos que versam sobre a temática Urbanidades e urbanização – planejamento e desenvolvimento, e, por fim, a terceira parte apresenta quatro textos vinculados à temática Ruralidades contemporâneas e a agricultura de base familiar.

No texto intitulado, *As contribuições da nova Sudene para o desenvolvimento do Nordeste*, Egon Bianchini Calderari, Caroline Pereira Gomes, Fabiane de Oliveira Beatrice, Ricardo Lobato Torres realizam uma avaliação preliminar das contribuições da nova Sudene para o desenvolvimento do Nordeste, com base nas diretrizes políticas estabelecidas a partir de sua recriação em 2007. Metodologicamente, o estudo está embasado em dados de pesquisa bibliográfica, documental e dados estatísticos cujos resultados indicam que a Sudene recuperou sua importância estratégica na política do governo federal, como demonstra a instituição legal do alinhamento do Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste com o Plano Plurianual, com participação na elaboração do orçamento da União, a fim de garantir recursos para o desenvolvimento da região.

No estudo *Crescimento econômico e populacional da Mesorregião Norte Pioneiro do Paraná, no período de 2004 a 2014*, Fernanda Cristina Ferro Malacoski e Jandir Ferrera de Lima analisam o crescimento econômico da Mesorregião Norte Pioneiro do Paraná a partir da análise do Produto Interno Bruto (PIB) e do crescimento da população para os anos de 2004-2014. Para isso, foram calculados indicadores utilizando o PIB real e a população residente. Os resultados apontam que o crescimento econômico atrai população ou neutraliza o processo de emigração. Algumas microrregiões pertencentes à mesorregião supracitada encontraram uma forma de dinamizar sua economia, propiciando crescimento sustentado.

Orivaldo Nunes Jr., no texto *Povos Indígenas e Plano Diretor de Araquari/SC: presença Guarani na conservação da biodiversidade*, analisa as alterações nas áreas de vegetação do território Guarani em Araquari/SC, que envolve áreas de vegetação, Terras Indígenas e seu entorno, desde as décadas de 1980 até 2010. Com base em análise documental e informações georreferenciadas, o autor demonstra a importância da presença Indígena Guarani para a conservação da biodiversidade no âmbito das discussões do Plano Diretor municipal. Como resultados, mostra a necessidade de que o Plano Diretor de Araquari/SC garanta Corredores Ecológicos, regulamentados pela Lei nº 9.985/2000, a qual institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, e seu Decreto nº 4.340/2002, com vistas a mitigar os efeitos da fragmentação dos ecossistemas.

No texto intitulado *Pinhalzinho/SC e as políticas urbanas: as áreas periurbanas em cidades pequenas*, João Pablo dos Santos, Suelen Josiane Farinon e Wagner Mazetto de Oliveira analisam as políticas urbanas aplicadas ao município de Pinhalzinho, uma das cidades que obteve mais acréscimo de população nos últimos anos na Região Oeste de

Santa Catarina. Nesse contexto, abordam uma das particularidades que esses pequenos territórios apresentam que é a sua interface urbano/rural. A metodologia foi baseada em análise bibliográfica, análise documental e observação *in loco* da materialização das políticas urbanas. A partir disso, foi possível constatar que Pinhalzinho se desenvolveu e se expandiu a partir de diversas áreas periurbanas e fora do perímetro urbano estabelecido pelo Plano Diretor Municipal.

No texto de Monize Sâmara Visentini, Abel Eduardo Auth e Ari Söthe, *Oferta de acessibilidade na Prefeitura e Câmara de Vereadores do município de Santa Rosa/RS*, os autores destacam a importância da acessibilidade urbana na promoção da qualidade de vida e legitimação do exercício da cidadania às pessoas com deficiência, analisando a oferta no ano de 2017 na Prefeitura e na Câmara de Vereadores do município de Santa Rosa/RS. O estudo de abordagem qualitativa foi realizado por meio de análise documental, entrevistas e observação direta. Os resultados apontam que o município se mostrou um dos precursores no que se refere à legislação que atende as pessoas com deficiência. A conclusão demonstra que a presença de pessoas com deficiência é pouco significativa nos espaços públicos municipais investigados, o que impede vivências concretas e consciências das limitações desses munícipes ao frequentá-los.

No texto *Viva o esporte: uma análise da política pública de esportes de um município do interior do estado do Rio de Janeiro*, Mario Mecenaz Pagani, Fernando Antônio Leite Cabral Loureiro, Sérgio Henrique de Mattos Machado e Ludmila Gonçalves da Matta analisam as políticas públicas de esporte da Fundação Municipal de Esporte (FME), da cidade de Campos dos Goytacazes/RJ. A metodologia utilizada caracterizou-se como descritiva. Os resultados do estudo indicam que o município estrutura o seu trabalho através da FME e que essa fundação apresenta resultados expressivos nas políticas de incentivo ao esporte. Os autores concluem que a política pública do município de Campos dos Goytacazes voltada para o esporte proporciona excelentes resultados para a saúde e o bem-estar da população, proporcionando, inclusive, a redução com os gastos em saúde.

Lineu Erlei D'Agostin e Anderson Catapan, no artigo *Análise do efeito da fiscalização da função social de imóveis rurais sobre a arrecadação de ITR*, investigam se a fiscalização efetuada pela Superintendência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no Paraná nos anos de 2008 e 2009, que visava a verificar o cumprimento da Função Social em diversos imóveis rurais, gerou reflexos na arrecadação do Imposto Territorial Rural (ITR). Os autores analisaram dados gerados pela Receita

Federal do Brasil sobre arrecadação, e os elementos que compõem o cálculo do ITR para cada município: Valor da Terra Nua (VTN) e o Grau de Utilização da Terra (GUT). Como conclusões, verificaram que nos municípios onde uma parcela importante de imóveis rurais foi fiscalizada pelo Incra ocorreram expressivos aumentos na arrecadação do imposto analisado sem que houvesse uma correlação direta com o comportamento dos elementos de cálculo do ITR, o VTN e GUT.

No texto *Política pública e reforma agrária: uma análise dos principais indicadores da política de assentamentos rurais*, Cléria Figueredo e Christian Luiz da Silva apresentam resultados dos principais indicadores da Política de Reforma Agrária, desde a sua implementação na década de 1970 até 2017. A metodologia adotada foi o estudo de caso, com o levantamento dos dados dos imóveis rurais obtidos para fins de criação de Projetos de Assentamento, Famílias Assentadas e de Supervisão Ocupacional destes projetos. Os resultados mostram que, a cada mudança de governo, a agenda política para criação e assentamento de famílias sofreu altos e baixos, e apontam para a necessidade de realizar novas pesquisas que permitam avaliar se os objetivos da Política de Reforma Agrária atingiram aqueles estabelecidos na legislação que regulamenta e legitima esta política desde sua implementação.

Bruna Schmidt Gemim, Thamy Numer, Valdir Frigo Denardin e Valter Roberto Schaffrath, no texto *Sistemas agroalimentares e redes de comercialização: uma outra relação ambiente-sociedade*, a partir da experiência do Projeto “Redes de Comercialização” da Cooperativa Motirõ, no Litoral do Paraná, identificam como as questões socioambientais e de desenvolvimento permeiam os sistemas agroalimentares como formas de resistência e ressignificação das relações sociais voltadas à comercialização de alimentos. Os autores concluem que a experiência estudada se caracteriza como promotora de outra lógica de comercialização de alimentos, trilhando novos caminhos na busca pela sustentabilidade da produção de alimentos e da reprodução social dos camponeses, com vista à soberania e à segurança alimentar, ressignificando as relações sociais campo-cidade.

No texto *O bem viver e a agricultura familiar: refletindo a partir das implicações da relação entre técnica e trabalho*, Marjorie Mariana Abreu e Giovanna Pezarico buscam compreender perspectivas acerca do bem viver no âmbito da agricultura familiar em propriedades agroecológicas da região metropolitana de Curitiba. As autoras concluem que refletir sobre o bem viver, a forma como a técnica e o trabalho são estabelecidos neste conceito, torna também possível observar que a agricultura familiar possui

imbricações importantes no contexto da terra como laboratório natural. Evidencia-se a importância dos diálogos entre agricultura familiar e o bem viver – no sentido de estabelecer conexões para a sociedade em uma direção mais harmônica, segura e responsável na relação entre sociedade e natureza –, os quais também são mediados pelo trabalho e pela técnica.

Boa leitura a todos!